



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2012.0000286006

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0015466-05.1998.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante PAULO HUMBERTO FERNANDES BIZERRA sendo apelados JOÃO RIBEIRO DE PAULA (JUSTIÇA GRATUITA), HILDA BÁRBARA LOPES DE PAULA (ESPÓLIO), VAIRTON REIS DE PAULA, ELIZABETH APARECIDA DE PAULA ALMEIDA e ANSELMO RIBEIRO DE PAULA.

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente) e MARIO A. SILVEIRA.

São Paulo, 18 de junho de 2012.

Luiz Eurico
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0015466.05.1998.8.26.0196

APELANTE: PAULO HUMBERTO FERNANDES BIZERRA

APELADOS: JOÃO RIBEIRO DE PAULA

ORIGEM: COMARCA DE FRANCA – 3ª VARA CÍVEL

RELATOR: Des. LUIZ EURICO

VOTO Nº 17526

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE
DE VEÍCULO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
– COLISÃO FRONTAL – AUTOMÓVEL NA
CONTRAMÃO - CULPA COMPROVADA –
DANO MATERIAL DEVIDO – DANO
MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA
MANTIDA - APELAÇÃO NÃO PROVIDA

Ação de indenização por acidente de trânsito acolhida pela r. sentença de fls. 533/542 cujo relatório fica aqui incorporado.

Inconformado com a solução de primeiro grau, recorre a esta Corte o réu (fls. 554/585).

Alega o apelante, em suma, que não deu causa ao acidente, que a culpa não foi caracterizada, que dirigia seu veículo em velocidade compatível com o local, que as vítimas que agiram com imprudência na condução das suas motocicletas.

Recurso com contrarrazões a fls. 146/148.

É o relatório.

Trata-se de acidente de veículo ocorrido no dia 21 de agosto de 1998. O veículo do apelante trafegava em velocidade excessiva quando tentando fazer uma ultrapassagem bateu em outro veículo, invadiu a pista de rolamento e na contramão de direção colidiu frontalmente com o carro do filho dos autores, provocando sua morte. Ao

contrário do alegado pelo apelante, restou totalmente configurada a sua culpa no acidente.

Consta no laudo da perícia técnica acostado à fls.29/50 que comprovou a culpa do Apelante que :*“os elementos coletados no local são de todos suficientes para permitir ao relator uma narrativa de como aconteceu o acidente, todavia, são suficientes para informar que quando da colisão fronto-lateral entre BMW e Escort, o primeiro encontrava-se na contra-mão de direção , ou seja, na faixa de rolamento daqueles que desenvolvem o sentido Franca/Patrocínio Paulista”* , o que foi ratificado pelo croqui de fls.35.

Por fim, houve sentença penal em desfavor do apelante, condenando-o como incurso nas penas dos artigos 302 e 303, *caput*, da Lei 9.503/97 (fls. 232/249).

Portanto, demonstrada a culpa do réu, patente o seu dever de indenizar.

Na fixação do valor da indenização devem-se levar em consideração as circunstâncias da causa, o grau de culpa, bem como as condições socioeconômicas do ofendido. Ademais, o valor arbitrado deve servir como desestímulo à conduta negligente e imprudente do responsável pelo dano.

No que se refere aos danos morais, a solução do juízo também merece ser adotada.

A caracterização do dano moral pressupõe a prática de ato ilícito capaz de acarretar um prejuízo natureza psicológica à vítima.

Sem dúvida, no caso concreto, restou caracterizado o dano moral indenizável resultante da morte do filho dos Autores, na medida em que o evento acarreta reflexos na vida e no convívio familiar, representando a reparação do dano uma forma de, no mínimo, mitigar tal sofrimento.

Reconhecido o dano perpetrado, cabe ao magistrado a fixação do *quantum* indenizável dentro dos limites da razoabilidade e atendendo as circunstâncias do caso concreto, bem como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

considerando as condições econômicas das partes.

O valor de indenização possui finalidade reparatória, mas não pode, em razão de seu excessivo valor, configurar enriquecimento ilícito capaz de tornar o evento danoso em um acontecimento lucrativo.

Com fundamento na razoabilidade e de acordo com as decisões recentes acerca do assunto, o *quantum* fixado pelo juízo deve ser mantido pois se mostra condizente com o dano experimentado pelos Autores.

Quanto aos danos materiais, a r. sentença acertadamente condenou o réu em R\$ 4.085,00, considerando referido valor como o gasto mínimo que os autores suportaram, o que resta demonstrado pelos orçamentos juntados aos autos.

Os honorários advocatícios deverão ser suportados pelo réu, tendo em vista que os autores decaíram de parte mínima do pedido.

Por todo o exposto, nego provimento à apelação, mantendo-se a r. sentença.

LUIZ EURICO
RELATOR